

APRESENTAÇÃO

Esse número da **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos** do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), trás nessa edição parte significativa dos resultados das discussões e reflexões que ocorreram no âmbito do *Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – II SICASA*, que teve como tema os *Serviços ecossistêmicos e sustentabilidade no contexto da Economia Verde*, que ocorreu entre 25 e 28 de junho de 2012.

Ao tratar dos Serviços ecossistêmicos e sustentabilidade no contexto da Economia Verde, o II SICASA não deixou de abordar uma das questões fundamentais do século XXI, que pode ser traduzida da seguinte forma: é possível pensar em um mundo capitalista verde? A nova cor atribuída ao capitalismo transforma-o em algo substantivamente diferente do que ele tem sido efetivamente? Pode o processo civilizatório capitalista possibilitar novas formas de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, promover a igualdade social, a superação da miséria que assola o mundo – tal como ocorre hoje no continente africano – engendrando um Planeta onde a liberdade e a fraternidade entre povos sejam coirmãs da igualdade? A Conferência de abertura do Evento – *Valorizando o essencial e não substituível num mundo desigual: serviços ecossistêmicos, comida e a floresta Amazônica* – não deixou de abordar cuidadosamente a arrogância da razão moderna, que tem na economia verde a busca desesperada de sua *tábua de salvação*...

O II SICASA estruturou-se a partir de quatro mesas-redondas que resultou na seguinte composição temática: a primeira mesa-redonda contemplou a questão dos Serviços ecossistêmicos urbanos e foi composta por Bruno Milanez/UFJF (coordenador), Gustavo Luedemann/IPEA e Alejandra Maria Devecchi/AECOM, tendo como debatedor Paulo Sinisgalli/USP; a segunda mesa-redonda discutiu Serviços ecossistêmicos e mudanças no uso da terra formada pelos seguintes membros: Ademar Ribeiro Romeiro/UNICAMP (coordenador), Daniel Caixeta Andrade/UFU e Philip Martin Fearnside/INPA; a terceira mesa-redonda tratou dos Serviços ecossistêmicos e Populações tradicionais, com os seguintes expositores: Wilson Cabral Sousa Júnior/ITA (coordenador), John Bernhard Kleba/ITA e Leonardo





Hasenclever/IEB; por fim, a quinta mesa-redonda problematizou os Arranjos institucionais para PSE com Florence Pinton/AgroParisTech (coordenadora), Catherine Aubertin/IRD-França e Eliane Superti/UNIFAP. As três sessões temáticas trataram: 1 Serviços ecossistêmicos e economia verde (coordenada por Catherine Aubertin/IRD-França), 2 Usos de recursos naturais (coordenada por Sandra do Nascimento Noda/UFAM) e 3 Organização socioambiental e governança (coordenada por Therezinha de Jesus Pinto Fraxe/UFAM e Elenise Faria Scherer/UFAM).

Além dos eventos tratados, que alimentaram parte da vida intelectual ao II SICASA, inúmeros grupos de trabalho (GTS) formaram um mosaico que ampliou e aprofundou as discussões e reflexões em torno do espírito do Evento. A **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos**, em razão do seu espaço limitado, escolheu os seguintes artigos para compor essa edição.

O texto de abertura, *Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo na várzea do baixo Solimões: modernidade e tradição*, de Ana Gouvêa Bocchini e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, apresenta como *a mulher campesina tem conquistado visibilidade em certos lugares da Amazônia. As autoras realizam trabalho etnográfico na comunidade Santa Luzia da ilha do Baixo, na várzea do baixo Solimões (AM) provocando o leitor a fazer uma reflexão sobre o modo de vida da mulher campesina e suas articulações e reconfigurações a partir dos dilemas da modernidade.*

Jocilene Gomes da Cruz e Doris Aleida Villamizar Sayago – autoras de *Povos indígenas no cenário das discussões sobre desenvolvimento sustentável: contextualização das propostas dos povos indígenas do Alto Rio Negro* –, evidenciam as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, particularmente o panorama da apropriação e ressignificação desta noção pelos povos indígenas do alto Rio Negro. *O foco da análise é compreender a participação dos ameríndios representados nas diversas associações formais que compõem a Federação das Organizações do Rio Negro (FOIRN), na elaboração de projetos e programas de desenvolvimento sustentável com o propósito de viabilizar alternativas econômicas sustentáveis, valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos dos povos indígenas da região.*

Luciana Raffi Menegaldo, Henrique dos Santos Pereira e Aldenor da Silva Ferreira – em *Os bichos e os homens: interações socioculturais com a fauna silvestre em uma comunidade amazônica* – descrevem *as interações culturalmente estabelecidas entre os moradores da comunidade rural Tapiira, localizada no rio Unini, Parque Nacional do Jaú, Amazônia Central, com o conjunto da fauna silvestre local. A investigação indica claramente as relações dos moradores da comunidade com a fauna*



silvestre local como contínua fonte geradora de saber tradicional. Não deixam de mostrar que a socialização desse conhecimento é intermediada pelo encontro de gerações e por relações de gênero que devem ser preservadas, pois isto é relevante ao ser utilizado em projetos de conservação da fauna em áreas protegidas.

O Processo produtivo da juta e malva na perspectiva do desenvolvimento sustentável – elaborados por Sandra Helena da Silva e Therezinha de Jesus Pinto Fraxe –, tem por objetivo promover a discussão sobre o processo produtivo da juta e/ou malva na perspectiva do desenvolvimento sustentável. O foco da discussão está em debater como é possível criar estratégias para aumentar a produtividade dessas culturas, por meio do desenvolvimento de novas tecnologias (as eco/tecnologias), melhorar as relações técnicas de produção, eliminando, assim, o processo de trabalho historicamente degradante a que a populações ribeirinhas estão submetidas.

Roberta Ferreira Coelho de Andrade e Antonio Carlos Witkoski – em *Mundos do trabalho e conservação dos recursos naturais no Beiradão do rio Amazonas* –, desenvolvem pesquisa que versa sobre a relação que homens e mulheres estabelecem com os recursos naturais por meio do trabalho, buscando refletir sobre sua conservação a partir do desenvolvimento das atividades produtivas. A abordagem revela que na realidade do beiradão do rio Amazonas, não há uma única atividade produtiva que permeie a vida dos moradores, ao longo do ano, em face da dinâmica do pulso de inundação do rio com as estações enchente/cheia e vazante/seca, o que “condiciona” homens e mulheres a atuarem de modo polivalente nas terras, florestas e águas de trabalho – levando-nos a reconhecer na realidade pesquisada mundos do trabalho e não mundo do trabalho. O trabalho, assim, em razão de sua centralidade, é o responsável direto e indireto pela produção e reprodução material e simbólica da vida...

Gestão ambiental pública no Brasil: políticas, instituições e modelos de gestão das Unidades de Conservação Federais, escrito por Hueliton da Silveira Ferreira e Henrique dos Santos Pereira, retrata *as mudanças ocorridas na gestão administrativa e operacional das Unidades de Conservação Federais (UCFs) a partir da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado pela Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007, como uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama (Lei n.º 6.938/81).* O objetivo do trabalho foi analisar criticamente as mudanças introduzidas pelo ICMBio em comparação aos modelos anteriores, sobretudo aqueles implantados durante a gestão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama (1989-2006). A pesquisa



não deixa de apontar para o fato de *quando criado, o ICMBio apresentava um padrão altamente concentrador de administração... Contudo, percebe-se que estrutura concentrada do ICMBio, aos poucos, vem se descentralizando com a criação das Coordenações Regionais – CRs e mais recentemente dos Núcleos de Gestão Integrada – NGIs.*

Glaubécia Teixeira da Silva e Elenise Faria Scherer – no artigo intitulado *Pagamento por serviços ecossistêmicos: as limitações e equívocos dos instrumentos econômicos de valoração da natureza – analisam, na perspectiva da epistemologia ambiental, como os instrumentos econômicos de pagamento por serviços ecossistêmicos podem configurar-se em mecanismos de controle e valoração/precificação da natureza e ressaltam a necessidade de desconstrução das relações que as populações tradicionais estabelecem entre si, bem como a forma que se apropriam dos recursos naturais, tendo como base os pressupostos teóricos que dão sustentação às discussões sobre a chamada economia verde e o entendimento da complexidade sistêmica do ambiente.*

O estudo sobre o *Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos – escritos por Susy Rodrigues Simonetti e Elimar Pinheiro do Nascimento –, discute as fragilidades e oportunidades para o turismo na exploração das belezas naturais em Unidades de Conservação, um promissor mercado voltado à valoração dos serviços ecossistêmicos. O texto afirma, ainda, que no intuito de garantir que os recursos ambientais das Unidades de Conservação sejam conservados, que as pessoas que habitam nessas áreas tenham suas atividades e cultura resguardadas e, ainda, para possibilitar que o visitante tenha uma experiência de boa qualidade, torna-se necessário o planejamento e a gestão dessas áreas naturais, assim como a adoção de mecanismos como o pagamento por serviços ecossistêmicos – o que implica pensar ecologizado.*

Andréia Santos Cavalcante e Silvânia Queiroz – em *O desafio da sustentabilidade energética no interior amazônico –, buscam evidenciar o significado da política de universalização do suprimento de energia elétrica no interior amazônico, refletindo a partir daí a proposta de desenvolvimento direcionada às comunidades amazônicas. O artigo indica que o planejamento de políticas energéticas deve ser (re) pensado dentro do arcabouço da sustentabilidade, de forma a incorporar soluções sustentáveis na geração, oferta e universalização da energia.*

O texto *A gestão de resíduos sólidos em Parintins (AM) à luz da política nacional de resíduos sólidos – de autoria de Gerson Teixeira Cardoso Filho –, encerra essa seção de artigos da SOMANLU. A reflexão mostra que a problemática da administração dos resíduos sólidos no município de Parintins/AM foi analisada em*



comparação com o estado atual da Gestão de Resíduos Sólidos adotada por esse município com os padrões e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e legislações ambientais complementares. O Autor indica também que Associação dos Catadores de Lixo de Parintins – ASCALPIN tem sofrido uma perda econômica considerável, visto que com o fechamento da lixeira pública (em 2011), diminuiu-se o volume de material reciclável coletado no município, gerando perda de receita para ASCALPIN.

Na entrevista de Yolanda Kakabadse – *Sustentabilidade insustentável* –, concedida a Thaís Brianezi e Wilson Nogueira, a ex-ministra do Meio Ambiente do Equador e ex-presidente da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), tratou de temas que aborda desde a imagem da Petrobras no Equador – e suas mudanças na Constituição do País andino – passando por assuntos relacionados ao desafio de fazer políticas públicas amazônicas que ultrapasse as fronteiras nacionais, sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável sem impacto ambiental, o predomínio da temática das mudanças climáticas sobre as mais diversas esferas da vida social – inclusive o fato de se ter ignorado os saberes dos povos tradicionais.

Marcelo Souza Pereira elabora, por fim, refinada resenha do livro de Carlos Corrêa Teixeira, *Servidão Humana na Selva*: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. O resenhista afirma que Carlos Teixeira nos brinda com uma visão sociológica ímpar e não deixa descoberto nenhuma variável estruturante do regime do barracão as quais os seringueiros foram expostos, analisando-o a partir de sua organização social, sua estrutura econômica e suas regras e costumes. Teixeira encerra essa formidável obra afirmando que o seringal foi um *invólucro* no qual se esconderam os mecanismos de coerção ideológicos estranhos e contrários à natureza da relação mercantil, mas que na realidade foi a forma encontrada pelo capital para se reproduzir na Amazônia.